



ACÇÃO SOCIALISTA

"A sua vida é uma autêntica carta de valores para a Humanidade"

ANTÓNIO JOSÉ SEGURO



NELSON MANDELA

1918-2013

PS NO TERRENO CONTRA AS DESIGUALDADES

PÁG. 3



ENTREVISTA
MANUEL MACHADO PRESIDENTE DA ANMP

"OE TRATA MUNICÍPIOS DE FORMA LESIVA"

PÁGS. 8 e 9

O "Acção Socialista" deseja a todos os Camaradas

Boas Festas

e que 2014 seja pleno de esperança no Futuro



Quente & Frio



A ESCALDAR

PS NA LINHA DA FRENTE DO COMBATE ÀS DESIGUALDADES

Sob a temática "Combate às Desigualdades e Exclusão Social", o PS está a promover várias iniciativas, com a participação do secretário-geral e de várias dirigentes nacionais, que incluem reuniões com várias associações e instituições. Com estas iniciativas, o PS liderado por António José Seguro pretende mostrar o país real e o lado negro do ajustamento, resultado da receita da austeridade: E reafirmar que o futuro do país não está numa política de empobrecimento. Ao contrário do que alguns opinion makers da direita, pretendem fazer crer, o PS marca a agenda política e está na linha da frente no combate às desigualdades.



QUENTE

E AGORA, CRATO?

O recente relatório do PISA, o maior estudo internacional ao nível da educação, revela que Portugal registou nos últimos anos avanços significativos nesta área, ultrapassando países como os EUA, Espanha, Itália e Espanha, por exemplo. E destaca, entre outros fatores, os bons resultados alcançados pelos nossos alunos na matemática. Este estudo mostra de forma inequívoca o êxito da aposta dos governos socialistas na educação. Um estudo que deveria merecer uma especial atenção do ministro Nuno Crato apostado em levar para a frente uma agenda de desmantelamento da escola pública.



FRIO

ENTREVISTA DO PM FOI UM VAZIO

O líder parlamentar do PS, Alberto Martins, fez em breves palavras um retrato perfeito do que foi a entrevista do primeiro-ministro à TVI: um "vazio" onde "nada de concreto, nenhuma medida concreta, nenhuma esperança para os portugueses" sobre o futuro foi avançado por Passos Coelho. E, como nos vem habituando, fiel à sua já infeliz imagem de marca, o chefe de Governo, segundo Alberto Martins, pareceu "um diretor-geral da troika", que "não se preocupa sequer com as vítimas da política da troika". Uma entrevista que mostra cada vez mais à evidência, para quem ainda tivesse dúvidas, que é urgente um novo caminho, um novo rumo para o país.



GELADO

HABEMUS PAPAM

A exortação apostólica divulgada pelo Papa Francisco, um documento de 84 páginas, onde se critica os males do neoliberalismo dominante, "uma tirania invisível", uma "economia que mata", que lança na exclusão "grandes massa da população", provocou um silêncio ensurdecedor nos partidos da maioria de direita que nos governa. Nenhum dos condes de Abrahams e jovens-velhos da direita que gravitam à volta do atual poder se pronunciou. Inclusive os dirigentes de um partido que ainda se reclama da democracia-cristã, pasme-se, e que já foi também dos contribuintes, dos reformados e da lavoura. Esclarecedor. ■ J. C. C. B.



Seguro quer Estado forte e transparente

O secretário-geral do PS, António José Seguro, exigiu "maior transparência" no país, criticando a existência de um "partido invisível" que em Portugal "suga recursos indispensáveis" para o Estado poder cumprir as suas funções.

O alerta foi lançado em Ourique, concelho onde se deslocou o líder socialista para conhecer o Programa Global de Intervenção Social do Município, refletindo a importância das medidas e dos projetos políticos de intervenção social em curso nesta vila alentejana, reconhecidos nacionalmente como um modelo de execução positiva das políticas sociais a favor dos cidadãos.

"Precisamos de ter em Portugal um Estado forte, eficaz e que saiba defender o interesse público. E a melhor maneira é criar maior transparência nos negócios, na gestão, nas encomendas do Estado", afirmou Seguro, acrescentando que Portugal assiste a "um partido invisível, que se espalha como uma mancha de óleo e substitui as corporações do Estado Novo" e vai "minando os alicerces" do Estado, "corrompendo e capturando-o, de modo a que não cumpra a sua função essencial".

Assim, para o líder socialista, o país tem que "caminhar para um Estado mais transparente", vincando ser muito importante haver um Estado forte, mas também transparente, porque, "quanto mais transparente for a ação pública, melhor".

"Se há alguma área onde se nota que existe também alguma captura por parte do Estado é naquilo a que podemos designar por um aparelho legislativo paralelo, que tantas vezes impõe, através de uma relação contratual, tantas op-

ções que depois se verificam virem a ser ruinosas para o próprio Estado", disse.

Na sua intervenção, o secretário-geral do partido apontou ainda para a necessidade de o Estado "ser transparente quando pede um parecer ou a elaboração de uma proposta de lei fora dos seus gabinetes". O caso BPN e as rendas excessivas são, disse, "exemplos muito concretos" de que há "uma mancha" que suga recursos estatais indispensáveis.

E de seguida sublinhou que "numa altura em que o Governo exige pesados sacrifícios aos portugueses", o Executivo devia "dar o exemplo no exercício das suas compras e encomendas", colocando, por exemplo, toda essa informação na Internet. ■ M.R.

ACÇÃO SOCIALISTA HÁ 30 ANOS



22 DEZEMBRO 1983 SOARES CRIA ALTA AUTORIDADE CONTRA A CORRUPÇÃO

"Alta Autoridade Contra a Corrupção toma posse". Este era um dos títulos de 1ª página da edição de 22 de dezembro do "Acção Socialista" de 1983. Mário Soares era o chefe de Governo do Bloco Central (coligação entre o PS e o PSD, liderado por Mota Pinto, um social-democrata), e a Alta Autoridade então criada tinha por objetivo dar um combate sem tréguas ao flagelo da corrupção, que minava a nossa sociedade. ■ J.C.C.B.

“Nenhum poder na Terra é capaz de deter um povo oprimido, determinado a conquistar a sua liberdade”



3

PS em luta contra desigualdades

Com vista à definição de políticas alternativas de combate às desigualdades e aos fenómenos de exclusão social, o secretário-geral do PS e vários dirigentes socialistas avançaram com um programa de visitas a instituições sociais.

Deste modo, o PS reforça a sua luta no terreno contra a destruição das funções sociais do Estado e a degradação da coesão social, mostrando o país real e o lado negro do ajustamento e da política de empobrecimento prosseguida pela direita.

O PS propõe-se assim demonstrar que Portugal precisa de um novo rumo que envolva e mobilize os portugueses.

Por isso e para isso, o secretário-geral do PS, António José Seguro, visitou, no âmbito do programa “Combate às Desigualdades e Exclusão Social”, o jardim-de-infância, a creche e o lar de idosos do Centro Comunitário de Terrugem (Sintra), a presidente do Partido, Maria de Belém, esteve na Associação de Reformados e Idoso de Póvoa de Santa Iria (Vila Franca de Xira) e o líder parlamentar, Alberto Martins, deslocou-se ao Centro Paroquial da Ramada.

Em Sintra, o líder socialista deixou um aviso: “Os portugueses estão a passar por sérias privações. Há muitos milhares de portugueses que retiram os seus filhos das creches porque não têm possibilidades de pagá-las, outros que apenas os mantêm nas creches porque as instituições apoiam essas famílias”.

E sustentou que, nesta conjuntura de empobrecimento do país, “é urgente dar um grito de alerta”. Reivindicando a necessidade de corrigir esta rota de empobrecimento gerador de dramas familiares e de privações, António José Seguro expressou revolta e chamou ainda a atenção para o estudo recente do INE sobre a qualidade de vida dos portugueses, no qual se verifica “uma quebra no que respeita às condições materiais”.

“Só quem não conhece o país é que não percebe a realidade de milhares de famílias”, criticou nesta visita a Sintra, na qual foi acompanhado pelo presidente da Câmara de Sintra, Basílio Horta, e os deputados socialistas Fernando Jesus, Nuno Sá e João Paulo Pedrosa.



Por sua vez, a presidente do PS, Maria de Belém Roseira, defendeu “a indispensabilidade de se conhecer o que está a acontecer no terreno social para responder a fenómenos como a pobreza e a exclusão social”.

Realidade versus estatísticas

Num momento em que a direção do PS se encontra na última fase de elaboração do seu programa alternativo ao do atual Governo (documento que será apresentado na convenção “Novo Rumo”), Maria de Belém defendeu ser “preciso evitar políticas cegas, tal como acabou agora por reconhecer a diretora-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI) [Christine Lagarde] e que tiveram nefastas consequências em Portugal”, numa alusão ao programa de assistência financeira. De acordo com a presidente do PS, as políticas de austeridade aplicadas desde o segundo semestre de 2011 “têm agravado a taxa de risco da pobreza, aumentaram o desemprego e reduziram as prestações sociais”.

“O cruzamento destas intervenções políticas agravou de forma significativa as condições materiais de vida de muitos portugueses, a par de uma degradação das condições acesso a bens como a saúde e a educação”, sustentou, alertando depois para a necessidade de se relativizarem dados estatísticos, sobretudo os que se

baseiam na apresentação de lógicas meramente numéricas.

“Há diferenças entre a realidade e as estatísticas, que são muitas vezes meramente instrumentais. Por vezes as médias escondem o que está pior numa determinada sociedade. O PS quer conhecer melhor a realidade, porque só a partir do conhecimento da realidade se podem construir as políticas necessárias para responder aos fenómenos de pobreza e de exclusão”, frisou.

Mais tarde, em declarações à Antena 1, Maria de Belém afirmou que “o país está a empobrecer através de várias hemorragias graves, que nos enfraquecem”, concluindo que o “Portugal não pode conformar-se com a pobreza”.

De referir que nestas primeiras ações inseridas na iniciativa do PS denominada “Combater as desigualdades e a exclusão”, estiveram igualmente envolvidos os dirigentes socialistas Miguel Laranjeiro, Álvaro Bezeza, Bravo Nico, João Torres (líder da JS) e Isabel Coutinho (presidente das Mulheres Socialistas).

Os cortes nas bolsas de estudo e no financiamento das Universidades, o abandono do Ensino Superior, as atuais saídas profissionais, a quebra de rendimentos e sobre-endividamento das famílias e a pobreza em contexto de cortes de apoios sociais são alguns dos temas a tratar nas iniciativas que se seguem no programa. ■ M.R.

“Travar estes ímpetus radicais e de retrocesso civilizacional do ministro e deste Governo é obrigação de todos os socialistas, em nome da igualdade de oportunidades que só a escola pública pode garantir”

EDITORIAL

O CHUMBO DO MINISTRO NA EDUCAÇÃO



Marcos Sá

[f marcos.sa.1213](#)
[@marco5sa](#)

Como prestigiado matemático que é, o ministro Nuno Crato sabe que os números não enganam. Por isso, e não só, se compreende o silêncio ensurdecedor do homem que tinha antes de ser ministro como desígnio a implosão do então Ministério da Educação...

E o que nos diz o maior estudo internacional na área da educação (PISA), conduzido pela OCDE? Pois bem, que Portugal nos últimos anos registou progressos assinaláveis e deixou de estar na cauda da tabela na educação, designadamente na matemática, demonstrando de forma inequívoca que as políticas implementadas pelos governos socialistas de aposta na escola pública estavam e são o rumo certo.

Esse rumo permitiu a Portugal atingir melhor desempenho na avaliação internacional, colocando os alunos portugueses, ao nível da literacia matemática à frente dos seus colegas norte-americanos, italianos, espanhóis e suecos. “Portugal conseguiu melhorar a atitude dos seus alunos, o empenho e autoconfiança em relação à escola em geral e à matemática em particular. Fê-lo, por exemplo, reformando currículos, de forma a estarem mais alinhados com os interesses dos jovens e capacidades exigidas no século XXI”, lê-se no relatório.

São estes resultados que Nuno Crato, com a sua agenda experimentalista radical de direita de desmantelamento da escola pública, está a pôr hoje em causa! Fá-lo, implodindo com um modelo de escola pública inclusiva que os governos PS construíram e pondo em causa um conjunto de programas sólidos que estavam a ser consolidados no plano educativo e pedagógico. Sendo que estes programas estavam a alcançar cada vez mais melhores resultados!

Travar estes ímpetus radicais e de retrocesso civilizacional do ministro e deste Governo é obrigação de todos os socialistas, em nome da igualdade de oportunidades que só a escola pública pode garantir, pois só assim asseguramos um ensino de qualidade a todos os portugueses, independentemente da sua condição social. A aposta na escola pública é cada vez mais uma marca identitária do nosso PS.

Nota final: Nelson Mandela é para mim o símbolo universal da Paz e da Tolerância. Com o seu desaparecimento, os valores humanistas perderam um dos seus grandes e humildes obreiros.

Neste número o “Acção Socialista” presta-lhe uma singela homenagem, publicando citações suas em todas as suas páginas. Acredito que a força das suas palavras nos fazem querer e fazer um mundo melhor! ■



CONFERÊNCIA DA TSS

Orçamento não serve os trabalha

A Tendência Sindical Socialista (TSS) organizou, em Lisboa, um encontro sobre o “Orçamento do Estado para 2014”, iniciativa que juntou, pela primeira vez nos últimos nove anos, sindicalistas do PS da UGT, CGTP e independentes.

Falando no encerramento dos trabalhos, e depois de se regozijar com a iniciativa, António José Seguro defendeu que o grau de aceitação pelo Governo das propostas do PS para o Orçamento do Estado (OE) de 2014 seria o “teste à real vontade de consenso” do primeiro-ministro. Expetativas que acabariam por se gorar, dias mais tarde, na aprovação na generalidade do OE, quando o Governo viria a não acolher as principais propostas socialistas. Para Seguro, o tempo da conversa fiada chegou ao fim. Perante a vasta plateia de sindicalistas que enchiam por completo a sala, o líder do PS lamentou a postura extrema da dos partidos da coligação,

ao insistirem em não dialogarem “de forma séria” com o PS. De entre as várias propostas apresentadas pelo PS, Seguro desafiou Passos Coelho a aprovar, no âmbito da reforma do IRC, uma redução deste imposto até aos primeiros 12.500 euros e aceitar um aumento do salário mínimo nacional, medidas, como recordou, “já aceites por todos os parceiros sociais”, acusando-o de ser o único que não está de acordo que se inicie de imediato esta discussão. Seguro foi mais longe e incitou ainda o primeiro-ministro a admitir uma descida para metade do IRC (12,5%) para empresas com sede ou direção efetiva no interior, e que a descida da taxa do IRC fique dependente

da redução do IVA da restauração, gás, eletricidade e da sobretaxa do IRS.

Também o líder da UGT, Carlos Silva, culpou o Governo por estar mais preocupado com os mercados do que com a democracia portuguesa, salientando que os sindicalistas socialistas não permitirão que o medo “tolde a nossa visão”, prometendo que lutará “contra a destruição da negociação coletiva”.

Antes já Miguel Laranjeiro tinha responsabilizado o Executivo de Passos Coelho de tudo fazer para “esmagar os mais pobres”, declarando que o OE para 2014 apresenta um conjunto de propostas que estão claramente “contra as peque-

nas e médias empresas e as famílias”.

Cortes e mais cortes

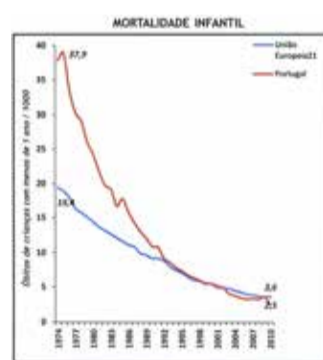
Neste encontro entrevistaram, Carlos Trindade, coordenador da tendência socialista da CGTP, Marcos Perestrello, líder da FAUL, Francisco Madelino, economista e professor no ISCTE, Glórias Rebelo, docente universitária, Sandro Mendonça, professor do departamento de economia do ISCTE, e o deputado Pedro Marques, que destacou, entre outros, o facto de o Governo ter efetuado, em 2012 e 2013, violentos cortes no Estado Social, “muito para além do que estava previsto no memorando de entendimento com a troika”.

Lembrou, a este propósito, que o Executivo de direita cortou, neste período, “mais de 800 milhões de euros na Escola Pública e cerca de 500 milhões no Serviço Nacional de Saúde”. A estes cortes, realçou, devem ainda juntar-se os efetuados nos subsídios de férias e de Natal dos pensionistas, medidas que o Governo aprovou “em segredo”, para além da suspensão das reformas antecipadas aos 55 anos de 2012 até ao fim do programa de ajustamento. Procedeu ainda à alteração das regras do subsídio de doença, onde retirou 60 euros/mês a cada beneficiário, baixou a cada família pobre cerca de 40 euros, em consequência da redução do valor de refe-

“Que nunca mais volte a haver opressão nesta terra e que esta não volte a ser vista como a escória do mundo. Que reine a liberdade”



O excelente resultado que Portugal conseguiu alcançar entre 1995 e 2010 tanto ao nível das prestações sociais como na Educação e Saúde permitiu colocar o país no grupo com os melhores desempenhos da União Europeia.



Fonte: Eurostat

ANTÓNIO JOSÉ SEGURO
“As propostas do PS visam aliviar os sacrifícios das famílias e das empresas”

CARLOS SILVA
“Nós, os sindicalistas do PS, não estamos adormecidos”

PEDRO MARQUES
“Entre 2011 e 2013 o Governo cortou mais de 800 milhões na Escola Pública e mais de 500 milhões de euros no Sistema Nacional de Saúde”

adores

rência do Rendimento Social de Inserção (RSI), tendo alterado ainda as fórmulas do complemento solidário para idosos, entre “outras medidas penalizadoras”.

Já este ano, a direita, lembrou ainda Pedro Marques, reduziu entre 3,5% a 10% as pensões entre 1350 e 1750 euros, acelerou a convergência da idade de reforma dos funcionários públicos, “medida que devia chegar apenas em 2015”, tendo ainda retirado o complemento de dependência (ou por cônjuge a cargo) de pessoas com pensões superiores a 600 euros.

Pedro Marques lembra que até à posse deste Governo, Portugal “dava claros sinais de eficácia ao nível das funções sociais do Estado”, tendo-se mesmo aproximado dos padrões europeus. ■ R.S.A.

UM ANO DE GRUPOS DE TRABALHO DO LIPP



Nuno Cunha Rôlo*

f nunocunharolo

Os Grupos de Trabalho (GT) do Laboratório de Ideias e Propostas para Portugal (LIPP) completam um ano de atividade. É tempo, assim, de se prestar contas a todos os militantes do PS e aos membros do LIPP, que integram milhares de inscritos nos cerca de 50 GT.

No início da atividade, sob a direção do nosso secretário-geral, António José Seguro, a equipa de coordenação deu prioridade à organização e funcionamento dos GT, a nível informático, da informação e comunicação, sobretudo aos coordenadores e membros LIPP. Em concreto, procedeu-se à orientação e sugestão de instrumentos de trabalho e de reunião, ferramentas de comunicação e informações conexas dos GT aos coordenadores (fluxograma do processo de marcação de reuniões, sugestão de minutas, estruturas das propostas, sumários das reuniões, listas de presenças, criação de um email comum para a coordenação dos grupos, etc).

Nesta fase, procurou-se ainda valorizar a comunicação on line (criação de página Internet para os GT, texto introdutório e contacto direto do coordenador, e publicitação da agenda das reuniões dos grupos). Destaque particular para o canal aberto permanente entre LIPP e internautas, através de envio online das propostas para os coordenadores. Ainda no âmbito da comunicação externa, possibilitou-se aos coordenadores a transmissão via Internet das reuniões, gravada ou em direto, sendo as conferências do LIPP gravadas em vídeo e disponibilizadas no sítio do LIPP para download.

Os GT têm coordenadores diversos, maioritariamente militantes do PS, e muitos participantes das reuniões e conferências dos GT são simpatizantes e não-militantes. Os coordenadores possuem plena autonomia na organização, gestão e funcionamento do seu grupo, pelo que existem várias metodologias utilizadas nos GT, a saber: criação simultânea de “núcleos duro” (abertos ou fechados) e grupos abertos, de subgrupos no âmbito do GT, reuniões abertas e/ou fechadas (maioritariamente em Lisboa e/ou interação com estruturas regionais e locais do PS), reuniões bilaterais entre o coordenador e entidades, empresários, profissionais, personalidades e/ou peritos, reuniões com ex-responsáveis governamentais socialistas no sector temático do GT, reuniões com oradores convidados e debate, de reuniões nas redes sociais (v.g. Facebook) com utilização de plataformas colaborativas (Facebook,

Google Drive, Dropbox, Skype, Gmail, entre outras). A abordagem de cada grupo às propostas foi também de ordem diversificada, a saber: reuniões/encontros focalizados, públicos ou não, avaliação de “políticas públicas”, consultas, revisão dos programas de governo anteriores, entre outras (abordagens “matriz estratégica”, “problema-políticas”, “top-down” ou “bottom-up”).

Quanto aos resultados, em termos globais e quantitativos, neste primeiro ano de trabalho, a equipa de coordenação regista a realização de 149 reuniões dos GT, com 498 propostas formalmente

estruturadas, embora, em bom rigor, ultrapassem substancialmente esse número, porquanto a maioria das propostas são chapéus de outras que visam operacionalizar e desenvolver. Quanto às conferências dos GT, organizadas entre março e julho deste ano, tiveram média de participação alta, considerando que as nove conferências realizadas estiveram sempre lotadas.

Outros fatores de regozijo da atividade dos GT existem, dos quais se destaca o número e a qualidade das participações, propostas e ideias, a receção de contributos e presenças de militantes-base

do PS e não-militantes, bem como, ainda, o debate vivo nas conferências dos GT, terminando eles a “saber a pouco”.

Para este segundo ano de atividade dos GT-LIPP, e sob a nova coordenação do LIPP titulada pelo ilustre camarada Carlos Zorrinho, os GT têm uma missão acrescida: protagonizarem uma participação maciça e aprofundada nos debates e demais trabalhos da Convenção Novo Rumo, cujo resultado fará parte integrante do futuro programa eleitoral do PS às eleições legislativas.

Em nome pessoal, agradeço a todos os que contribuíram para estes resultados: ao secretário-geral, António José Seguro, e coordenadores dos grupos de trabalho, membros e convidados do LIPP; ao gabinete do secretário-geral, na pessoa do Miguel Ginestal; aos trabalhadores sedeados no Rato, José Miranda, Miguel Andrade e Paula Perna; e, em especial, à Raquel Silva e Sílvia Esteves que, para além do seu excelente trabalho e apoio, colmataram falhas da minha coordenação no que lhes foi possível, sem prejuízo de todas serem da minha responsabilidade.

Junte-se ao LIPP, ative-se e seja ator da mudança que defende.

*Coordenador-executivo do LIPP

“ Para este segundo ano de atividade dos GT-LIPP, e sob a nova coordenação do LIPP titulada pelo ilustre camarada Carlos Zorrinho, os GT têm uma missão acrescida: protagonizarem uma participação maciça e aprofundada nos debates e demais trabalhos da Convenção Novo Rumo

CONCELHIAS E SECÇÕES

Forte participação e mobilização marcam eleições

A direção nacional do Partido Socialista “congratula-se com a forte participação e mobilização dos militantes” nas eleições que se realizaram nos dias 6 e 7 de dezembro, na maioria das concelhias e secções do país.

Ao todo, foram mais de 400 eleições um pouco por todo o país, com “uma afluência muito significativa, bem demonstrativa da forte mobilização do PS ao nível das suas estruturas locais”.

Em comunicado, a direção nacional do PS “realça com satisfação esta enorme vitalidade que atravessa a vida interna” do nosso partido, acrescentando que ao abrigo dos novos estatutos, as eleições decorrem 90 dias após as eleições autárquicas. Os distritos de Coimbra e Vila Real marcaram para os dias 14 e 21 de dezembro, respetivamente, os seus atos eleitorais.

A direção nacional do PS refere ainda que os mandatos dos novos órgãos eleitos estendem-se por quatro anos, “permitindo assim maior estabilidade na preparação de alternativas sólidas e um acompanhamento permanente da política local autárquica, pelos novos intervenientes”.

“Esta demonstração de dinamismo por parte do PS está em sintonia com os resultados das últimas eleições autárquicas, em que o nosso partido venceu 150 câmaras em todo o país, e dão resposta à necessária mobilização que as estruturas concelhias estão a planear para sedimentar esse resultado histórico”, lê-se ainda no comunicado. ■ J.C.C.B.



LISTA PRESIDENTES DE CONCELHIA ELEITOS

ALGARVE

ALBUFEIRA
Ricardo Clemente

ALCOUTIM
José Galrito

ALJEZUR
José Gonçalves

CASTRO MARIM
Célia Brito

FARO
Luís Graça

LAGOA
Francisco Martins

LAGOS
Márcio Viegas

LOULÉ
Carlos Costa

OLHÃO
Carlos Manso

PORTIMÃO
João Vieira

SÃO BRÁS
Vítor Guerreiro

TAVIRA
João Pedro Rodrigues

VILA DO BISPO
Nuno Amado

VILA REAL STº ANTº
Ricardo Cipriano

AVEIRO

ÁGUEDA
Edson C. Viegas Santos

ALBERGARIA A VELHA
Adelino Pereira Santiago

ANADIA
Nuno R. Costa Portovedo

AROUCA
Francisco J. Costa Ferreira

AVEIRO
Pedro Machado Pires Rosa

CASTELO PAIVA
Jose M. Moreira Carvalho

ESPINHO
Adelino M. L. Moreira Reis

ESTARREJA
Fernando M. M. A. Matos

ILHAVO
Sérgio Manuel Jesus Lopes

MEALHADA
Arminda Oliveira Martins

MURTOSA
Augusto Carlos Vidal Leite

OLIVEIRA AZEMEIS
Joaquim Jorge Ferreira

OLIVEIRA BAIRRO
Carlos A. Barros Ferreira

OVAR
Luís M. P. M. Cardoso Alves

SANTA MARIA DA FEIRA
Henrique Pereira Ferreira

SAO J. MADEIRA
Luis Miguel Santos Ferreira

SEVER VOUGA
Ricardo M. Pereira Tavares

VAGOS
Bruno M. Regalado Julião

VALE CAMBRA
João M. Mateus Lameiras

BAIXO ALENTEJO

ALJUSTREL
Rui Faustino

ALMODOVAR
Duarte Sousa

BARRANCOS
Francisco Marcelo

BEJA
Paulo Arsénio

CASTRO VERDE
Filipe Mestre

CUBA
Francisco Orelha

FERREIRA DO ALENTEJO
Nuno Pancada

MÉRTOLA
António Figueira

MOURA
João Dinis

ODEMIRA
Hélder Guerreiro

OURIQUE
Marcelo Guerreiro

SERPA
Paulo Pisco

VIDIGUEIRA
Idalina Galinha

ALVITO
Joaquim Rasgadinho

BRAGA

AMARES
Jorge Jose Tinoco Ferreira

BARCELOS
Domingos Ribeiro Pereira

BRAGA
Hugo A. Polido Pires

CABEZEIRAS BASTO
Joaquim B. A. Barreto

ESPOSENDE
Laurentino Cruz Regado

FAFE
Francisco M. F. de Lemos

FAMALICÃO
Nuno A. A. Santos Reis Sá

GUIMARÃES
Armindo J. F. da Costa e Silva

PÓVOA LANHOSO
Frederico de Oliveira Castro

TERRAS BOURO
Guilherme J. Coelho Alves

VIEIRA MINHO
Jorge A. Abreu Dantas

VILA VERDE
Luís Filipe Oliveira da Silva

VIZELA
Dinis Manuel Silva Costa

BRAGANÇA

ALFÂNDEGA DA FÉ
Ainda não foi eleição

BRAGANÇA
Luís Filipe Fernandes

CARRAZEDA DE ANSIÃES
Ainda não foi eleição

FREIXO DE ESPADA À CINTA
Nuno Ferreira

MACEDO DE CAVALEIROS
Pedro Mascarenhas

MIRANDA DO DOURO
Ainda não foi eleição

MIRANDELA
Júlio Rodrigues

MOGADOURO
Hérnani Fernandes

TORRE DE MONCORVO
Ainda não foi eleição

VILA FLOR
Vitoriano Fernandes

VIMIOSO
Ainda não foi eleição

VINHAIS
Pedro Miranda

CASTELO BRANCO

CASTELO BRANCO
Luís Santos Correia

IDANHA-A-NOVA
João Dionísio

PENAMACOR
António Luís Beites Soares

BELMONTE
António Manuel Rodrigues

COIMBRA

ARGANIL
Fernando J. C. Maia Valle



CANTANHEDE
Pedro Carrana

COIMBRA
Rui Pedro Duarte

CONDEIXA-A-NOVA
Carlos Manuel Canais

FIGUEIRA DA FOZ
João Moura Portugal

GÓIS
Maria de Lurdes Castanheira

LOUSÃ
Rui Daniel Colaço Lopes

MIRA
João Maria Reigota

MIRANDA DO CORVO
António M. Costa Baptista

MONTEMOR-O-VELHO
Vasco Sousa Martins

OLIVEIRA DO HOSPITAL
Carlos Esteves Maia

PAMPILHOSA DA SERRA
António M. Lopes Russo

PENACOVA
Ricardo J. Ferreira Simões

PENELA
Renato Filipe Nunes França

SOURE
João E. D. Madeira Gouveia

TÁBUA
Rui Brito Pereira

VILA NOVA DE POIARES
Fernando Manuel Pedroso

ÉVORA

BORBA
Luis M. Pombeiro Carapinha

ESTREMOZ
José Domingos Ramalho

ÉVORA
Elsa Cristina Teigão

S. M. MACHEDE
Lurdes Pratas Nico

MONTEMOR
Olimpio Galvão

MORA
António Santos

REGUENGOS DE MONSARAZ
José Gabriel Calixto

VENDAS NOVAS
Joaquim Luis Silva

REGIONAL OESTE

TORRES VEDRAS
Carlos Bernandes

SOBRAL MONTE AGRAÇO
Pedro Coelho dos Santos

ALENQUER
Nuno Inácio

CADAVAL E LOURINHÃ
27/12

LEIRIA

ALCOBAÇA
Cesar Santos

ALVAIAZERE
José Santos

ANSIÃO
António J. V. Domingues

BATALHA
Telmo Ferreira

BOMBARRAL
Jorge Gabriel Martins

CALDAS DA RAINHA
Luis Patacho

CASTANHEIRA DE PERA
Gonçalo Lopes

FIGUEIRÓ DOS VINHOS
Marta Brás

LEIRIA
Antonio Sales

MARINHA
Cidália Ferreira

NAZARÉ
Walter Chicharro

PEDRÓGÃO GRANDE
Diogo Coelho

PENICHE
Jorge Gonçalves

POMBAL
Carlos Gameiro Lopes

PORTO DE MÓS
Fábio Santos

LISBOA

AMADORA
Joaquim Moreira Raposo

ARRUDA VINHOS
Andre Filipe Santos Rijo

AZAMBUJA
Silvino Jose Silva Lucio

CASCAIS
Luis Miguel Oliveira Reis

LISBOA
José D. P. R. S. Cordeiro

MAFRA
Sérgio A. Marques Santos

LOURES
Ricardo Jorge Colaço Leao

OEIRAS
Alexandra Tavares Moura

ODIVELAS
Hugo M. Santos Martins

SINTRA
Rui Jose Costa Pereira

V F XIRA
Maria Luz G. B. F. Rosinha

PORTALEGRE

CAMPO MAIOR
Manuel Rui A. Nabeiro

ELVAS
José António Rondão Almeida

GAVIÃO
José Francisco Silva Pio

PORTALEGRE
Miguel A. Ferreira Monteiro

SOUSEL
João Machadinha Maia

ARRONCHES
Gil C. Palmeiro Romão

PORTO

AMARANTE
Américo Ribeiro

BAIÃO
Paulo Pereira

FELGUEIRAS
Eduardo Bragança

GONDOMAR
Luis Filipe Castro Araújo

LOUSADA
José Faria Santalha

MAIA
Marco Martins

MARCO CANAVESES
Cristina Vieira

MATOSINHOS
Ernesto Páscoa

PAÇOS FERREIRA
Paulo Sergio Barbosa

PAREDES
Jose A. Silva Almeida

PENAFIEL
Fernando Malheiro

PORTO
Manuel Castro Pizarro

POVOA VARZIM
Ivo Maio

SANTO TIRSO
Joaquim Couto

TROFA
Marco Ferreira

VALONGO
Jose Manuel Ribeiro

VILA CONDE
Mario Almeida

V.N.GAIA
Patrocínio Azevedo

SANTARÉM

ABRANTES
Bruno Jorge Vicente Tomás

ALCANENA
Hugo A. S. F. Santarém

ALMEIRIM
Gustavo Gaudêncio Costa

CARTAXO
Délio da Silva Pereira

CHAMUSCA
Diamantino C. Duarte

CORUCHE
Francisco Silvestre Oliveira

ENTRONCAMENTO
Carlos M. Pires Rei Amaro

MAÇÃO
César M. G. S. Estrela

OURÉM
João Miguel Caldeira Heitor

RIO MAIOR
Maria Inês Pereira Maurício

SALVATERRA DE MAGOS
Nuno M. F. Oliveira Antão

SANTARÉM
Carlos M. Segundo Nestal

TORRES NOVAS
António Manuel Oliveira Rodrigues

VILA NOVA DA BARQUINHA
Fernando M. Santos Freire

SETÚBAL

SEIXAL
Samuel Cruz

ALMADA
Francisca Parreira

SESIMBRA
Manuel José

ALCOCHETE
Fernando Pinto

SETÚBAL
Paulo Lopes

GRANDOLA
Pedro Ruas

ALCACER SAL
Luis Vizinho Nunes

MOITA
Manuel Borges

MONTIJO
Nuno Canta

BARREIRO
André Pinotes

PALMELA
Raul Cristóvão

VIANA CASTELO

ARCOS VALDEVEZ
Dora M. A. B. Machado Cruz

CAMINHA
Miguel Alves

PONTE DE LIMA
António C. A. Matos Torres

PONTE DE BARCA
Manuel J. G. Pereira

MELGAÇO
Maximiano J. C. Gonçalves

VIANA DO CASTELO
José Maria Costa

PAREDES DE COURA
Armando Alves Araújo

VISEU

C. SAL
José Dias Batista

LAMEGO
Manuel A. Rebelo Ferreira

MANGUALDE
Marco F. Pessoa Almeida

NELAS
Adelino J. Borges Amaral

PENALVA DO CASTELO
José Manuel Costa Lopes

RESENDE
Jorge M. Correia Caetano

S. COMBA DÃO
João A. Durães Tomaz

SÁTÃO
Gonçalo R. M. Magalhães

TAROUCA
José António Amaro Nunes

TONDELA
Joaquim S. Mendes Santos

VISEU
Adelaide J. da Silva Modesto

VOUZELA
Agostinho C. T. das Neves

A Federação de Vila Real fará eleições no próximo dia 21 de dezembro. A Federação da Guarda fará eleições no próximo dia 27 de dezembro. As concelhias de Lourinhã e Cadaval realizarão eleições no próximo dia 21 de dezembro. À hora de encerramento do jornal as restantes concelhias ainda não tinham feito chegar os resultados à Sede Nacional.

MANUEL MACHADO PRESIDENTE DA ANMP

“OE trata os municípios de forma lesiva”

Políticas de promoção do emprego e aposta na área social devem ser as prioridades das câmaras, no âmbito da nova geração de políticas autárquicas, defende o novo presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), Manuel Machado, em entrevista ao “Acção Socialista”, onde considera que o Orçamento do Estado para 2014 trata os municípios “de forma lesiva e, em muitos casos, ilegal”. **J. C. CASTELO BRANCO**

Qual o seu principal desafio neste mandato que agora inicia como presidente da ANMP?

A fase de infraestruturização do país está praticamente concluída. E isso deve-se em grande parte ao trabalho dos municípios, que fizeram escolas, estradas, equipamentos desportivos, entre outras infraestruturas. Deram um contributo histórico impressionante para o desenvolvimento do Portugal democrático. Pode dizer-se que, em grande medida, terminou a fase do hardware e queremos agora dedicar-nos ao software. De que forma? Através da criação de emprego e, conseqüentemente, aumentando o bem-estar das populações. Este é o nosso principal desígnio.

Que contributos podem dar os municípios, na atual conjuntura, para ajudar a combater a crise que assola o país?

O principal contributo passa pela criação de emprego, que já referi na resposta anterior. Verificado

que está o falhanço do Governo a este nível, os municípios são chamados a provar que conseguem fazer melhor ao nível da criação de postos de trabalho. Mas a crise também se combate a outros níveis. Falo, nomeadamente, das respostas a nível social em que as autarquias são manifestamente um pilar imprescindível da sociedade portuguesa.

Quais as principais linhas-força em que as-

senta o novo ciclo do poder local que defende?

Como é urgente criar emprego, os municípios têm de ser capazes de atrair o investimento e descomplicar a sua concretização no terreno, de possibilitar a inovação para podermos competir na economia global e não através dos baixos salários defendidos pela troika. Têm, no fundo, de fazer tudo o que esteja ao

seu alcance para ajudar a criar empresas.

Qual é a primeira prioridade da nova geração de políticas autárquicas?

A ANMP quer ser a plataforma política de afirmação dos municípios como entidades, por excelência, do desenvolvimento socioeconómico. Só assim o país poderá recuperar a sua soberania de forma duradoura e regressar aos caminhos do desen-

siva e, em muitos casos, ilegal, como se não fossem merecedores da autonomia de que dispõem. Um exemplo deste tratamento, que não admitimos, é o facto de o Governo querer que os municípios assumam responsabilidades, mas sem os dotar do necessário suporte financeiro.

Porque é que considera que este Orçamento é dos documentos mais centralistas que já foram produzidos em Portugal?

Essa afirmação proferi-a no recente congresso de Santarém, no qual fui eleito líder da Associação Nacional de Municípios Portugueses. E volto a repetir: é dos documentos mais centralistas que já foram produzidos em Portugal. Isto verifica-se, por exemplo, quando trata por igual, em matérias de recursos humanos, 308 realidades bem diferentes entre si. Isto revela desconfiança, menorização e imposição de limitações que não toleramos. Como se apenas a gestão emanada do Terreiro do Paço fosse boa.

Que leitura faz da ideia que perversamente alguns tentam passar, nomeadamente opinion makers da direita, associando as autarquias a má gestão e desperdício dos dinheiros públicos?

Não é apenas perversa, como refere na sua pergunta. É profundamente enganadora sobre o que se passa na sociedade portuguesa. A esmagadora maioria dos municípios soube controlar as dívidas, baixar a despesa e diminuir efetivos. Tudo áreas em que o Estado Central se tem revelado de uma impotência confrangedora. Por isso é que se tenta colocar as culpas pela lamentável situação do país nos municí-

pio. Para chegarmos lá, é também necessário que o Governo privilegie um relacionamento mais igualitário e respeitador com os municípios. Queremos ainda que as políticas do próximo Quadro Comunitário de Apoio não sejam normalizadoras. Ou seja, que se apliquem afinações que tenham em conta as especificidades e diferentes dinâmicas de cada território. É obrigatório maximizar o potencial de cada município.

Este Orçamento do Estado para 2014 trata de forma lesiva os municípios?

Infelizmente, isso parece-me evidente. O Orçamento do Estado para 2014 trata os municípios de forma le-

“Orgulho-me de pertencer ao PS desde há mais de quatro décadas, mas a ANMP não será a correia de transmissão de qualquer partido político”





pios quando todos sabemos que o principal responsável é o Estado Central. Esse, sim, um sorvedouro dos recursos nacionais.

Que papel pode desempenhar a ANMP na denúncia e oposição a políticas que não tenham em conta a coesão nacional e agravem as assimetrias cada vez mais gritantes entre litoral e interior?

Estaremos na primeira linha dessa denúncia, seguindo, aliás, uma saudável tradição desta casa de colocar os interesses dos municípios acima de tudo. Penso que isso já tem ficado claro nestes poucos dias que levo como presidente da ANMP. E nunca é de mais recordar: orgulho-me de pertencer ao PS há mais de quatro décadas, mas a ANMP não será a correia de transmissão de qualquer partido político. Nem isso nem um sindicato de presidentes de câmara.

Que passos são necessários para restabelecer a confiança e diálogo entre o poder local e central?

É decisivo que o Governo veja a ANMP como aquilo que ela é: uma entidade reputada e com peso histórico de representação política dos eleitos pelo povo. A partir daqui penso que será possível reconstruir a confiança e o diálogo de que fala. É necessário reconhecer que já temos recebido alguns sinais de abertura e até de cooperação por parte do Governo, mas só o tempo nos ensinará se são genuínas ou apenas uma estratégia de reação às críticas que temos proferido.

Que medidas são necessárias para se acabar de vez com a demasiada dependência dos municípios das receitas provenientes do imobiliário e que estão na origem de grandes atentados urbanísticos, de especulação imobiliária e nalguns casos de corrupção?

Como todos sabem, a crise contribuiu para colocar um travão na construção nova desenfreada. E penso que os portugueses já perceberam, nomeadamente nas cidades maiores, que a política mais inteligente a seguir passa pela reabilitação dos muitos imóveis degradados das nossas urbes. Por outro lado, o duro regime a que os municípios foram obrigados nos últimos anos já os ensinou a prescindir dessa “galinha dos ovos de ouro” do passado. ■

“Desejo ficar associado a uma efetiva criação de empregos”

Que marca gostaria de deixar com a sua ação à frente do município no concelho de Coimbra?

Admito que alguns municípios possam associar a minha anterior presidência à perda de empregos na cidade, nomeadamente na indústria. Essas perdas verificaram-se, de facto, mas em nada tiveram a ver com a ação dos executivos municipais que então liderei. Foram antes o resultado de uma atualização tecnológica que, na época, essas indústrias não foram capazes de efetuar. Agora pretendo precisamente o contrário: desejo ficar associado a uma real e efetiva criação de empregos e a uma verdadeira valorização de todos os recursos que esta cidade já possui.

Que programas tem a Câmara de Coimbra previstos na área social para combater a pobreza e exclusão social, assim como para dinamizar a criação de emprego?

Apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social no âmbito da rede social; o lançamento, a breve prazo, de atendimento integrado nas freguesias através da constituição de Comissões Sociais de Freguesias; e a criação de um nicho social de empresas para apoiar municípios mais desfavorecidos na criação do próprio emprego no âmbito do Contrato Social de Desenvolvimento Social.

A Câmara tem algum plano para ajudar os inquilinos, em especial os idosos, no âmbito da aplicação da nova lei das rendas, que irá potenciar os despejos e dramas sociais?

Estamos atentos a estas situações e, como sucede noutros municípios, quando as pessoas deixam de ter condições para pagar as rendas a preço de mercado e entram numa fase de dificuldades económicas comprovadas, nós providenciamos habitação em bairros sociais, e até fora destes, com rendas de baixo custo. Ainda recentemente atribuímos dez habitações cujas tipologias variavam entre T1 e T3 com o custo médio das rendas a cifrar-se nos 34 euros.



ANMP Nove socialistas na direção

Na sequência da vitória histórica nas eleições autárquicas de 29 de setembro, o PS elegeu nove presidentes de câmara para o conselho diretivo da ANMP, liderado pelo socialista Manuel Machado, num total de 17 membros.



MANUEL MACHADO
CM Coimbra



EDUARDO VÍTOR RODRIGUES
CM Vila Nova de Gaia



SUSANA AMADOR
CM Odivelas



MIGUEL COSTA GOMES
CM Barcelos



RUI SANTOS
CM Vila Real



ISILDA GOMES
CM Portimão



PEDRO DO CARMO
CM Ourique



PAULO FONSECA
CM Ourém



JOSÉ GOULART SILVA
CM Horta

PS vota contra OE de provocação constitucional

António José Seguro acusou o Governo de apresentar um Orçamento do Estado para 2014 de “provocação constitucional”, que faz cair “a máscara do consenso” e prossegue a política “de empobrecimento e da desigualdade social”. **J. C. CASTELO BRANCO**



O líder do PS falava no dia 26 de novembro, na Assembleia da República, no encerramento do debate do Orçamento do Estado para 2014, aprovado pela maioria de direita, onde voltou a defender “uma agenda para o crescimento” assente no apoio às exportações, substituição de importações por aumento da produção nacional e captação de investimento estrangeiro. Na sua intervenção, Seguro afirmou que “o Governo bem tentou esconder, mas os portugueses sabem que vão ser sobrecarregados com mais sacrifícios, por opção do PSD e do CDS”, já que, frisou, “ao brutal aumento de impostos somam-se novos cortes nos salários dos funcionários públicos e novos cortes nas reformas e nas pensões de velhice e de sobrevivência”.

Uma “política de empobrecimento” que, segundo o líder socialista, “não atinge os resultados em nome dos quais é aplicada”, desde o défice à dívida pública. “O Governo chumba no teste da realidade e as consequências são sacrifícios sem resultados, pobreza com mais dívida e horizontes sem esperança”, disse.

“Esta política do Governo criou, no ano passado, mais 10% de multimilionários no nosso país, mas a esmagadora maioria dos portugueses vive pior, está mais pobre e passa por enormes dificuldades”, acusou. Seguro afirmou ainda que, para além da “marca do empobrecimento e da desigualdade social”, que este Orçamento contém, “há mais quatro marcas que não se podemos deixar pas-

sar em claro: a marca da provocação constitucional, a marca da farsa dos consensos, a marca do preconceito contra tudo o que é público e a marca da hipoteca do nosso futuro”.

Segundo o secretário-geral do PS, este OE está “associado a uma retórica nunca vista na sociedade portuguesa de tentativa de condicionamento do Tribunal Constitucional”, que é uma “clara afronta” a um órgão de soberania, que “é ilegítima num Estado de Direito e merece vivo repúdio dos democratas”.

Por outro lado, Seguro afirmou que o debate do Orçamento fez “cair a máscara do consenso” propagada pelo Governo, que “não mostrou qualquer interes-

se” em discutir ou chegar a “entendimentos significativos” em relação às 26 propostas apresentadas pelo PS para “aliviar os sacrifícios sobre as famílias e as empresas” que não aumentariam o défice.

Na sua intervenção, o secretário-geral do PS disse ainda que “o preconceito do Governo quanto a tudo o que é público está bem espelhado neste Orçamento”, desde o ataque aos reformados e pensionistas que trabalham para o Estado, até ao ataque ao SNS e à escola pública.

“Este Governo já disse ao que vinha: destruir em quatro anos o Estado Social que levou 40 anos a construir”, acusou. Seguro considerou ainda que este Orçamento “hipoteca” o futuro, já que “não compromete apenas a saída da crise, mas também o nosso desenvolvimento a médio prazo”, ao penalizar áreas como a educação e a investigação científica. ■

5 MARCAS DO OE

- Empobrecimento e desigualdade social
- Provocação constitucional
- Farsa dos consensos
- Preconceito contra tudo o que é público
- Hipoteca do nosso futuro

Formação para qualificar democracia e vida dos partidos

O Partido Socialista, em colaboração com a Fundação Res Pública, tem vindo a desenvolver desde há um ano um plano de formação política dirigido a militantes e simpatizantes, visando “a qualificação da nossa democracia e da vida dos partidos”, conforme explicou ao “Acção Socialista” o coordenador desta iniciativa, Luís Pita Ameixa.

“Até ao momento já realizámos cursos que envolveram a participação de 500 pessoas e continuamos a fazer”, afirmou Pita Ameixa, visivelmente satisfeito com a aceitação que o plano de formação tem conseguido junto de diversas estruturas do partido.

Desde a primeira ação de formação, que decorreu em Portalegre a 15 de dezembro de 2012, já se realizaram 25, um



pouco por todo o país, tendo a mais recente sido no dia 7 de dezembro em Ílhavo, distrito de Aveiro. A próxima iniciativa do plano, como adianta Luís Pita Ameixa ao “AS”, acontecerá em janeiro, na Figueira da Foz, e compreenderá um “mix” de temas relacionados com a realidade autárquica.

De acordo com o catálogo de

formação, cada ação é conduzida por um formador, selecionado da bolsa de formadores em função da matéria, e dirigida a grupos de pessoas pré-inscritas, não superiores a 20 elementos, decorrendo em períodos de aproximadamente três horas e podendo envolver um debate político final de atualidade.

As inscrições e contactos operacionais devem ser efetuados com o camarada Rui Prudêncio por telefone (910965595), para o endereço formar@ps.pt ou através da página www.ps.pt.

O catálogo formativo desta iniciativa é composto por 26 ações programadas cujos temas essenciais são e que serão ministradas por todo o país, em consonância com as estruturas do PS. ■ **MARY RODRIGUES**

AÇÕES PROGRAMADAS

1. O que é o socialismo democrático
2. A democracia em Portugal e a Constituição
3. O sistema político português
4. A liberdade e a participação política
5. Os sistemas eleitorais vigentes em Portugal
6. O sistema de justiça em Portugal
7. A economia política em Portugal
8. Trabalho e sindicalismo
9. As finanças públicas portuguesas
10. A crise e a troika
11. As regiões autónomas em Portugal
12. A administração pública e os cidadãos
13. Defesa nacional
14. A organização política internacional
15. A União Europeia
16. Os fundos comunitários
17. A língua portuguesa como fenómeno político
18. O poder local democrático
19. Funcionamento dos órgãos autárquicos
20. Atribuições e competências das autarquias locais
21. Tutela administrativa
22. Finanças locais
23. Ordenamento do território e urbanismo
24. Processo eleitoral autárquico
25. Organização e funcionamento do Partido Socialista
26. Ética na política

*"Aprendi que a coragem não é a ausência do medo,
mas o triunfo sobre ele"*



Socialistas auscultam país real

O Partido Socialista desenvolveu recentemente um conjunto de contactos com entidades, movimentos e associações representativas de diversos setores da sociedade, com vista a auscultar o pulsar das suas necessidades e realidades específicas, bem como recolher contributos

para a formulação das suas propostas alternativas à estratégia de austeridade cega do Governo. Assim, o secretário-geral do PS, António José Seguro, e os secretários nacionais Sónia Sanfona, António Galamba e Alberto Martins reuniram-se com repre-

sentantes da AHRESP, da Comissão de Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, das PME's, da CGTP-In, da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, da Comissão Coordenadora Permanente dos Sindicatos das

Associações dos Profissionais das Forças e Serviços de Segurança (CCP) representativos de GNR, PSP, ASAE, SEF, Guarda Prisional e Polícia Marítima, das entidades patronais (CIP, CAP, CCP e CTP) e da CPMCS – Confederação Portuguesa dos Meios de Comunicação Social. ■



AS NOSSAS PRINCIPAIS

- » | Manutenção das regras de contratação de trabalhadores nas instituições de ensino superior públicas previstas para 2013;
- » | Excecionar do limite de endividamento a liquidação de dívidas das autarquias locais resultantes de concessões ou parcerias público-privadas do setor da água e saneamento;
- » | Alargamento do subsídio social de desemprego por um período de seis meses;
- » | Suspensão das operações de reprivatização até à publicação do regime para salvaguarda de ativos estratégicos em setores fundamentais para o interesse nacional;
- » | Criação de plano de regularização do pagamento das dívidas do Estado às PME;
- » | Revisão do PAEF da Região Autónoma da Madeira em termos credíveis;
- » | Criação de um plano de revitalização económica para a Ilha Terceira / Açores;
- » | Prorrogação da vigência e estabelecimento de períodos de carência das Linhas PME;
- » | Inclusão do ensino do inglês na estrutura curricular do 1.º ciclo do ensino básico;
- » | Adequação da Lei dos Compromissos ao funcionamento da Administração Pública;
- » | Regime mais justo e fiscalizado dos subsídios à produção de eletricidade por cogeração;
- » | Disciplinar a taxa de recursos hídricos, as tarifas dos serviços públicos de água e os contratos-programa em matéria de gestão dos recursos hídricos;
- » | Suspensão de tarifas duplas no âmbito do Mercado Ibérico do Gás (MIBGAS);

APROVADO

CHUMBADO

CHUMBADO

CHUMBADO

CHUMBADO

CHUMBADO

CHUMBADO

CHUMBADO

CHUMBADO

CHUMBADO

CHUMBADO

CHUMBADO

CHUMBADO



PROPOSTAS AO OE-2014:

- » Possibilidade de transferência pelos municípios da competência de liquidação e cobrança das taxas municipais relativas a imóveis para a Autoridade Tributária; **CHUMBADO**
- » Eliminar o incentivo a serviços privados de saúde que o Governo pretende introduzir em IRS; **CHUMBADO**
- » Repor justa tributação das SGPS; **CHUMBADO**
- » Isenção de IVA dos direitos conexos; **APROVADO**
- » Reposição da taxa intermédia do IVA na restauração; **CHUMBADO**
- » Manutenção da cláusula de salvaguarda do IMI; **CHUMBADO**
- » Eliminação da isenção de IMI dos fundos de investimento imobiliário abertos; **CHUMBADO**
- » Contribuição sobre as parcerias público-privadas (PPP); **CHUMBADO**
- » Aproximação do preço do gás de garrafa às tarifas do gás natural; **CHUMBADO**
- » Aumento da dotação orçamental das Universidades e Politécnicos. **CHUMBADO**

O **Partido Socialista** demonstrou, com estas propostas, que é possível dar prioridade à economia, apoiar os desempregados e as famílias e pedir um esforço maior a entidades que podem fazer esse esforço. Deste modo, também se aumentaria a equidade nas políticas públicas e a distribuição dos esforços na sociedade portuguesa. Infelizmente, não foi este o entendimento da direita que nos governa ao chumbar a quase totalidade das propostas socialistas.

NOVO RUMO
PARA PORTUGAL



“O principal objetivo político do ministro da Educação é privatizar o ensino e, a partir daí, acentuar a discriminação no sistema educativo e as desigualdades sociais”

A PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO



Odete João

odete.joao.7

O Governo PSD/CDS está de forma desabrida a fazer o caminho da mercantilização do ensino e a escancarar a porta à privatização da escola pública.

A recente publicação do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, da autoria do atual governo, abre o caminho para que a responsabilidade do Estado se submeta aos interesses dos grupos económicos dominantes no setor educativo e se altere o paradigma serviço público que tem servido de referência à política educativa.

O Governo protege com dinheiros públicos o mercado privado da educação e assegura-lhe o futuro que nega à escola pública. A educação passará a ser regida pelas leis do mercado.

O principal objetivo político do ministro da Educação é privatizar o ensino e, a partir daí, acentuar a discriminação no sistema educativo e as desigualdades sociais.

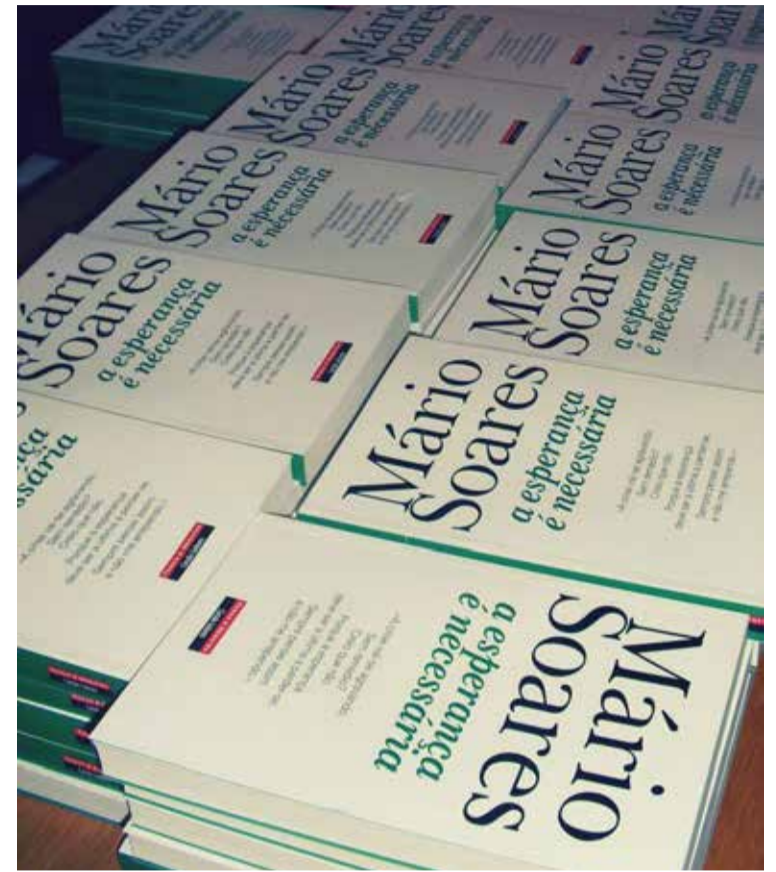
Neste contexto, construiu-se, a coberto de uma pretensa liberdade de escolha, o cheque-ensino, que não passa de um mecanismo para subsidiar com os impostos de todos o negócio da educação dos grupos privados. Todavia, não serão as famílias a escolher as escolas, mas sim estas a selecionar os alunos que as irão frequentar.

A propalada liberdade de escolha esbarra nas regras de admissão dos alunos no ensino privado e na não gratuidade do ensino. As famílias podem vir a ser ainda sobrecarregadas com os serviços prestados pelos colégios. O acesso a um serviço público de educação universal e gratuito está cada vez mais longe. Um estudo de Pauline Musset, da OCDE, no seu livro “School choice and equity”, conclui que os sistemas educativos que combinam a escolha de escola e a possibilidade das famílias terem pagamentos adicionais são os que geram uma maior segregação social. Nas conclusões, refere-se também a injustiça dos modelos onde a escolha de escola é fornecida apenas a alguns.

A análise de resultados em outros países com práticas semelhantes à que o Governo pretende introduzir acompanhado pelo crescente desinvestimento na escola pública em favor do cheque ensino, conduz a uma escola segregadora e elitista que agravará as injustiças sociais, pondo definitivamente em causa a equidade e o acesso à igualdade de oportunidades. ■

“A esperança é necessária”

Mário Soares lançou, no dia 27 de novembro, uma antologia de crónicas publicadas pelo fundador do Partido Socialista no “Diário de Notícias” e intitulada “A esperança é necessária”. A obra foi apresentada pela deputada do PS Isabel Moreira e pelo professor universitário Viriato Soromenho Marques, perante uma plateia recheada de personalidades, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa. Para Viriato Soromenho Marques, “este livro é um exercício de procura, de pesquisa de pontos de fuga em que posamos recuperar a esperança.” A deputada Isabel Moreira sublinhou “a importância da memória coletiva e do não esquecer do passado de luta contra a ditadura de Soares”. O próprio autor reafirmou a sua preocupação face ao que chama de uma iminente “explosão social”. Com a chan-



cela da Temas e Debates do Círculo de Leitores, o livro assinado por Mário Soares conta

com 336 páginas de reflexões profundas sobre a atualidade nacional e europeia. ■ M.R.

O POEMA DA VIDA DE ISABEL COUTINHO



Cântico negro

“Vem por aqui” — dizem-me alguns com os olhos doces
Estendendo-me os braços, e seguros
De que seria bom que eu os ouvisse
Quando me dizem: “vem por aqui!”
Eu olho-os com olhos lassos,
(Há, nos olhos meus, ironias e cansaços)
E cruzo os braços,
E nunca vou por ali...
A minha glória é esta:
Criar desumanidades!
Não acompanhar ninguém.
— Que eu vivo com o mesmo sem-vontade
Com que rasguei o ventre à minha mãe
Não, não vou por aí! Só vou por onde
Me levam meus próprios passos...
Se ao que busco saber nenhum de vós responde
Por que me repetis: “vem por aqui!”?

Prefiro escorregar nos becos lamacentos,
Redemoinhar aos ventos,
Como farrapos, arrastar os pés sangrentos,
A ir por aí...
Se vim ao mundo, foi
Só para desflorar florestas virgens,
E desenhar meus próprios pés na areia inexplorada!
O mais que faço não vale nada.

Como, pois, sereis vós
Que me dareis impulsos, ferramentas e coragem
Para eu derrubar os meus obstáculos?
Corre, nas vossas veias, sangue velho dos avós,
E vós amais o que é fácil!
Eu amo o Longe e a Miragem,
Amo os abismos, as torrentes, os desertos...

Ide! Tendes estradas,
Tendes jardins, tendes canteiros,
Tendes pátria, tendes tetos,
E tendes regras, e tratados, e filósofos, e sábios...
Eu tenho a minha Loucura!
Levanto-a, como um facho, a arder na noite escura,
E sinto espuma, e sangue, e cânticos nos lábios...
Deus e o Diabo é que guiam, mais ninguém!
Todos tiveram pai, todos tiveram mãe;
Mas eu, que nunca principio nem acabo,
Nasci do amor que há entre Deus e o Diabo.

**Ah, que ninguém me dê piedosas intenções,
Ninguém me peça definições!
Ninguém me diga: “vem por aqui!”
A minha vida é um vendaval que se soltou,
É uma onda que se levantou,
É um átomo a mais que se animou...
Não sei por onde vou,
Não sei para onde vou
Sei que não vou por aí!**

JOSÉ RÉGIO

In “A Mensagem”



DESTINOS PENALVA DO CASTELO

ComVIDA!

Francisco Lopes de Carvalho, o novo presidente socialista da Câmara de Penalva do Castelo, no distrito de Viseu, faz um resumo dos motivos pelos quais vale a pena visitar e apostar neste concelho.

"É um concelho rico em termos de património histórico-cultural: existem diversos vestígios arqueológicos (sepulturas antropomórficas, anta, castro, pontes, mosteiro do Santo Sepulcro...) e riquíssimo património arquitetónico (solares, palacetes e os ex líbris Casa da Ínsua e Igreja da Misericórdia); vários artesãos continuam a manter os ofícios tradicionais (latoaria, cestaria, esculturas, estalinhos, entrançado de cordas e ma-

deira, entre outros)", refere. Neste concelho é sulcado pelos rios Dão, Coja, Ludares e Carapito, "a natureza é pródiga e oferece deslumbrantes paisagens e apetecíveis recantos".

Já nas encostas a norte do rio Dão, "estendem-se generosos vinhedos e pomares; a sul predominam as pastagens que permitem produzir queijo de excelente qualidade. O vinho do Dão, o queijo da Serra e a maçã Bravo de Esmolfe constituem a 'trilogia de excelência' dos produtos endógenos".

Quanto à gastronomia, o autarca socialista afirma que "é rica e variada", tornando assim o concelho "um destino ímpar para degustar sabores genuínos e tradi-



FRANCISCO LOPES DE CARVALHO

cionais em ambientes acolhedores e hospitaleiros".

A Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, sublinha, promovem estes produtos de "superior qualidade", sobretudo nos certames anuais da Feira/Festa do Pastor e do Queijo, Feira da Maçã Bravo de Esmolfe e Festa das Vindimas e do Vinho.

Francisco Lopes de Carvalho destaca ainda a importância do movimento associativo concelhio, que "contribui ativamente para a dinamização do tecido sociocultural deste concelho, que pretende aliar Tradição e Modernidade!". ■ JCCB

DESTINOS FUNCHAL

A primeira cidade europeia fora da Europa



PAULO CAFÔFO

A ilha da Madeira é um destino turístico de reputada qualidade e é no Funchal, sua capital e, nas palavras do novo presidente da Câmara Municipal, Paulo Cafôfo: "primeira cidade europeia fora da Europa", que se encontra um grande acervo histórico-cultural.

"Visitar o Funchal significa desfrutar de uma cidade com 500 anos de história", sublinha o edil funchalense, lembrando que o concelho tem para oferecer também "levadas, fantásticos miradouros, bons jardins públicos, a sua baixa e a sua Zona Velha, berço da cidade, bem como o Museu de Arte Sacra".

O Funchal, frisa Cafôfo "tem um território único: um anfiteatro, que desde as montanhas circundantes se abre ao mar, tendo como tesouros tanto o património edificado como um clima ameno constante e a simpatia das suas gentes."

O Funchal é também o lugar ideal para degustar o melhor da gastronomia regional: a espetada em pau de louro, com milho frito e bolo do caco, as lapas frescas salpicadas de manteiga e limão, a carne em vinho-e-alhos, sem esquecer beber uma Poncha ou provar os frutos exóticos, o bolo de mel e as queijadas da Madeira.

"O Funchal tem ainda teatro, cinema, exposições, mas essa é uma área que queremos reforçar e dinamizar, queremos fazer desta uma cidade dinâmica e culturalmente vibrante", adianta Paulo Cafôfo, para quem a Festa da Flor, a Noite do Mercado no dia 23 de dezembro e o Fim de Ano são eventos a não perder.

Também, enfatizou, "são imperdíveis os percursos de teleférico entre o Funchal e o Monte, Monte e Jardim Botânico, uma passagem pela Sé, a igreja do Colégio, e o Mercado dos Lavradores, com a sua permanente explosão de formas, cores e sabores". ■ M.R.



LIVROS

SUGESTÕES DE ANTÓNIO GALAMBA



AUSTERIDADE – A HISTÓRIA DE UMA IDEIA PERIGOSA

Mark Blyth

Hoje em dia, tanto na Europa como nos Estados Unidos, criticam-se os gastos do Estado como se as causas da deterioração da economia fossem apenas o desperdício e a irresponsabilidade dos governos. E para a solução da crise financeira implementaram-se políticas draconianas de corte orçamental como uma espécie de castigo sobre os cidadãos, acusados de terem vivido acima das suas reais possibilidades.

Esta visão esquece, muito convenientemente, a verdadeira origem do endividamento: o resgate e a recapitalização do sistema

bancário.

Através destas operações, a dívida privada passou a ser dívida pública, e, enquanto os verdadeiros responsáveis deste processo saem impunes, o Estado arca com a culpa e os contribuintes carregam o fardo do aumento de impostos, do desemprego e da perda de direitos fundamentais.

Para o economista e professor Mark Blyth, autor deste livro, a viragem global para as políticas de austeridade é uma ideia muito perigosa. Em primeiro lugar, não funciona. Em segundo lugar, pedir aos inocentes (os cidadãos, os contribuintes) que paguem pelos erros dos culpados (os Estados, os grandes bancos) é sempre má política. Em terceiro lugar, a receita da austeridade apenas enriquece os ricos, não traz prosperidade para todos, contraria o princípio da igualdade de oportunidades e só leva à pobreza e à desigualdade social. A questão é: estaremos dispostos a pagar o custo da austeridade?



O DOMÍNIO DO OCIDENTE

Ian Morris

Uma história construída ao longo de cinquenta mil anos, "O Domínio do Ocidente" reclama o seu lugar entre os clássicos modernos da história mundial.

O autor, Ian Morris, um polímata e um académico de renome internacional, tido como "o historiador antigo mais talentoso do mundo", explica a história do domínio ocidental numa teoria unificada de todas as coisas geopolíticas.

Descrivendo os padrões da história humana, Morris reúne as mais recentes descobertas de várias disciplinas – da história antiga à neurociência –, não só

para explicar porque acabou o Ocidente por dominar o mundo, mas também para prever o que nos trarão os próximos cem anos.

Simultaneamente vibrante, erudito e divertido, "O Domínio do Ocidente" é um "relato espantosamente informativo, imaginativo e envolvente... provocante... e intelectualmente estimulante" (Glenn C. Altschuler, Pittsburg Post-Gazette).

Como diz o "The Business Standard" na sua review: "Três livros num só: um romance excitante que, por acaso, é real, um relato histórico divertido mas minucioso de todas as coisas importantes... e uma previsão fundamentada sobre o que acontecerá no futuro".

Ian Morris é professor de História da Universidade de Stanford. Publicou dez obras académicas e dirigiu escavações na Grécia e em Itália. Vive nas montanhas de Santa Cruz, na Califórnia. ■



**Boas Festas
e que 2014 seja o ano
de um novo rumo
para Portugal.**

São os votos do secretário-geral do Partido Socialista.

FOTOGRAFIAS COM HISTÓRIA



PEDRO DA SILVA

**ALMOÇO DE NATAL
2003**

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, e a direção confraternizam com os funcionários e colaboradores do nosso partido, num almoço de Natal em 2003, num hotel em Lisboa. ■ J. C. C. B.

